



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Data Abertura: 23/02/2021 Proc. ADM2021/000052

Interessado

CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - MF

PRESIDENTE

Assunto

DESPESA COM MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO
DE ÁGUA MINERAL

Quantidade mensal

15 galões x 9,00 = 135,00

PROCESSO

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

órgão: Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto):

Setor Administrativo

Responsável pela Demanda:	Matrícula:	E-mail:	Telefone:
Wekson José Barbieri Mariano	87	Wekson.mariano@crc-es.org.br	3232-1622

1. Objeto da Contratação:

Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral para consumo nas dependências da sede do CRCES, pelos seus colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional.

2. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado:**2.1. Justificativa da Contratação:**

Justifica-se a contratação de empresa para fornecimento de água mineral visando que os colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional tenham condições salubres e água potável para consumo. Justifica-se também tendo em vista que, os filtros ligados diretamente à rede hidráulica do CRCES, não atendem integralmente a necessidade, principalmente nos dias de realização de eventos e reuniões.

A quantidade estimada a ser contratada, foi estabelecida com base no Contrato nº 09/20, que encontra-se em vigor, cujo quantitativo atende a demanda para o referido objeto.

2.2. Objetivos da Contratação:

Proporcionar aos colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional tenham condições salubres e água potável para consumo.

PROJETO Nº 5013 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.3.1.3.01.01.015 – Gêneros de Alimentação.

3. Quantidade de serviço a ser contratada:

DESCRIÇÃO	QUANIDADE ESTIMADA (MENSAL)	QUANIDADE ESTIMADA (ANUAL)
Garrações de água mineral de 20 litros	15 galões	180 galões
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	03 caixas	36 pacotes

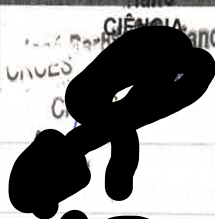

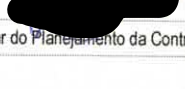
Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

4. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços:

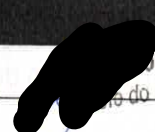
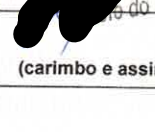
A previsão para iniciar a prestação de serviços é a partir do dia 12/03/2021, quando vence o contrato em vigor.

5. Indicação dos membros da Equipe de Planejamento:

FUNÇÃO/CARGO	NOME DO(A) FUNCIONÁRIO(A)	MATRÍCULA	
Integrante-presidente da Equipe de Planejamento	Wekson José Barbieri Mariano	87	
Integrante	Grazielly Inácio Tartaglia	97	
Fiscal (*)	Kênia Cristina da Silva de Marchi	93	

(*) Sempre que for possível identificar o(s) servidor(es) que participar(ão) da fiscalização do contrato, o(s) qual(is) poder(ão) ser convidado(s) a participar do Planejamento da Contratação.

6. Responsável pela Formalização da Demanda:

Local e Data: Vitória/ES, 09 de fevereiro de 2021.	
Responsável pela Formalização da Demanda:	 (carimbo e assinatura)

Autorizo a abertura do respectivo processo, conforme preconiza a legislação e demais normas aplicáveis.

Vitória (ES), 09 de fevereiro de 2021.


 Contador Jorge Tadeu Laranja
 Diretor Executivo do CRCES



FLS.: 03
PROC.: 52 / 21.844

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CONTRATO Nº 09/2020- PROCESSO ADM Nº 2020/000229.
Origem: Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93.

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES E A EMPRESA DISTRIBUIDORA DE GÁS GREGÓRIO LTDA, CONFORME AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES, Autarquia Federal de Regime Especial, inscrito no CNPJ - sob o n.º 28.163.343/0001-96, com sede à Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050- 620, doravante denominado CRCES, representado pela sua Presidente, a Contadora CARLA CRISTINA TASSO, portadora do registro ~~ES 0000000~~, de acordo com a Ata nº 1609 da Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE GÁS GREGÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 11.185.669/0001-11, estabelecida Rua Fundação, nº 151, Vila Capixaba, Cariacica/ES, Cep: 29148-140, representada pelo seu sócio proprietário, Senhor LUIZ ANTONIO GREGORIO, portador do CPF (MF) n.º ~~00000000000~~, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

O presente contrato tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado descrito abaixo, **mediante Dispensa de Licitação, na forma do artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, e demais legislações pertinentes e, ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA:

1.1 O presente contrato tem por objeto o fornecimento de água mineral em garrações de 20 (vinte) litros e copos de 200 (duzentos) ml, conforme descrição detalhada na CLAUSULA SEGUNDA.

1.2 Justifica-se a supracitada contratação visando que os colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área contábil que acessam diariamente a sede do Regional tenham condições salubres e água potável para consumo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 A remuneração do serviço contratado será o apresentado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
Garrações de água mineral de 20 litros	180 galões	R\$ 11,00	R\$ 900,00
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	36 Caixas	R\$ 25,00	R\$ 1.980,00
ESTIMATIVA TOTAL ANUAL:			R\$ 2.880,00

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

2.2 A quantidade estimada para fornecimento poderá variar para mais ou para menos, de acordo com a necessidade do Contratante.

2.3 - O valor total deste contrato é **R\$ 2.880,00** (dois mil, oitocentos e oitenta reais), enquadrando-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/1993.

2.4 As despesas decorrentes da contratação, correrão às contas dos recursos: **6.3.1.3.01.01.015 - Gêneros de Alimentação.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Os pagamentos pelos serviços contratados serão efetuados em até 05 (cinco) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via, devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES.

3.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ter o mesmo CNPJ do Contrato, pois, caso haja divergência, impossibilitará sua apropriação e pagamento.

3.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

3.4 As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

3.5 A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

3.6 Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a CONTRATADA de apresentar a comprovação mensal de recolhimentos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticada, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº 8212 de 24/07/91.

3.7 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de **requerer a exclusão do CRCES das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.**

3.8 Na hipótese do CRCES vir a ser condenado, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas na subcláusula 3.7 e, se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pelo CRCES, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, o CRCES utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual desde já esta expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas nesta subcláusula.

3.9 Atendido ao disposto nos itens anteriores, o CRCES considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

3.10 O pagamento será efetuado observando, ainda, as seguintes condições:

- a) O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação da regularidade fiscal/previdenciária/trabalhista (Lei 12440/2011) e do FGTS da CONTRATADA;
- b) De acordo com o artigo 64 da Lei nº 9430 de 27/12/96, os pagamentos efetuados por Órgãos, Autarquias e Fundações da Administração Pública Federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, **do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP**;
- c) A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012) e, por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente;
- d) Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do seu recebimento regular (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012);
- e) A CONTRATADA, deverá apresentar juntamente com a Nota/Fatura a Declaração a que se refere o inciso XI, do art. 4º da IN SRF nº 1234, redação dada pela IN RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os objetos devidamente embalados, sem amassados ou qualquer tipo de avaria, respeitando e responsabilizando-se integralmente pelos produtos ora contratados, com estrita obediência às exigências descritas no Termo de Referência.

4.2 Qualquer material/Objeto que estiver defeituoso/vencido deverá ser trocado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação do problema à CONTRATADA.

4.3 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a nota fiscal, com a descrição detalhada do produto, quantitativo e demais itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, quando for o caso.

4.4 Credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às solicitações e/ou reclamações que porventura surgirem durante a vigência do contrato.

4.5 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

4.6 Disponibilizar para a contratada um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefones, e-mail, fax ou outra forma de comunicação para solicitação de serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 Durante a vigência desta carta contrato, o fornecimento dos materiais serão acompanhados e fiscalizados por servidor especialmente designado, o qual assumirá a função de Fiscal do Contrato.

5.2 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos objetos contratados, determinando o que for necessário à regularização, procedendo à juntada de documentos relevantes para a comprovação dos fatos.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

5.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

5.4 Emitir pedido do produto, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante designado pelo setor competente.

5.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

5.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.7 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8 Controlar todos os Pedidos de Serviço, para posterior conferência com a Nota Fiscal emitida pela contratada.

5.9 A fiscalização realizada pela CONTRATANTE, através de servidor previamente designado, não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA SOLICITAÇÃO, DA FORMA, DO PRAZO E DO LOCAL DA ENTREGA:

6.1 A entrega dos produtos será realizada na sede do Conselho Regional de Contabilidade (CRCES), na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº. 30, Bento Ferreira – Vitória/ES, durante o horário de expediente do órgão (08hrs às 17hrs);

6.2 A entrega dos garrafões de água de 20 litros deverá ser realizada semanalmente, sempre às terças-feiras, para reposição dos garrafões vazios conforme a necessidade do CRCES.

6.3 A entrega das caixas de água mineral de 200 ml (natural), deverá ocorrer até 03 (três) dias úteis após a solicitação realizada pelo CRCES.

6.4 O prazo de validade dos produtos deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, considerando a data de entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

7.1 A presente carta contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 12/03/2020 e término em 11/03/2021.

7.2 Os preços aqui registrados permanecerão fixos e irrealizáveis durante toda a vigência do contrato.

7.3 Na ocorrência de redução dos preços praticados no mercado, o contratado será convocado para negociar, podendo, dessa forma, reduzir o preço estabelecido, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO:

8.1 A fiscalização dos serviços caberá a empregado formalmente designado, na forma do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

8.2 Das decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à Divisão de Administração, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

8.3 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1 Em caso de inexecução total ou parcial desta carta contrato, a CONTRATADA estará sujeita, garantida prévia defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos se houverem.
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com o CRCES, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.2 As penalidades previstas nos itens "a" e "c" poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.3 Pelo atraso injustificado durante a execução do contrato será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, contado a partir do segundo dia de atraso sem prévia comunicação por escrito de motivo justificado e aceito pelo CRCES e será calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos, se houverem. A referida multa será aplicada até que haja a regularidade na execução do contrato.

9.4 Ocorrida à inadimplência da multa aplicada pelo CRCES serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor.
- b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher ao Setor Financeiro do CRCES, o valor total da multa, no prazo de dez (10) dias, contados a partir da data do recebimento da comunicação pela CONTRATADA.

9.5 A CONTRATADA cientificada da aplicação da multa terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir do pagamento da multa, para apresentar recurso ao CRCES. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica que procederá ao seu exame. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Administração do CRCES, que poderá rejeitar ou não a multa.

9.6 Em caso de relevação da multa, o CRCES se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações contratuais, não constituindo a relevação, novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

9.7 Caso a Administração mantenha a multa não caberá novo recurso administrativo.



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO:

10.1 Será de responsabilidade do CRCES providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme o Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES:

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1- Constituem motivos para rescisão deste contrato, durante sua vigência:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de execução ou conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- c) o atraso injustificado no início dos serviços;
- d) a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- e) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não prevista neste Contrato;
- f) o desatendimento às determinações regulares do funcionário ou preposto do CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) o cometimento reiterado de falhas na sua execução, observadas as anotações, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinado pelo CONTRATANTE o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- h) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i) a dissolução da sociedade, ou o falecimento do sócio-gerente subscritor do presente contrato mediante cláusula expressa no contrato social;
- j) a alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;
- k) razões de interesse público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo referente a este Contrato;
- l) a supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificação no valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- m) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão do presente Contrato, durante sua vigência, poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nas alíneas "a" e seguintes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação.



FLS.: 06
PROC.: 52 121 jlp

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

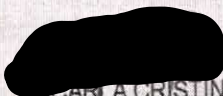
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal de Vitória - Seção Judiciária do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento.

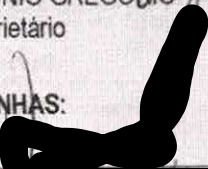

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, 21 de fevereiro de 2020.


LUIZ ANTONIO GREGÓRIO
Sócio Proprietário


CARLA CRISTINA TASSO
Presidente do CRCES

TESTEMUNHAS:

1) 
Nome
CPF nº. 

2) 
Nome
CPF nº. 

7

GESTÃO, CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA ME.
Do objeto: Prorrogação do contrato. Do prazo: 12 (doze) meses, a partir de 12/04/2020.
SEMAD/PMVV

Protocolo 564498

Câmaras

Muqui

Extrato Contrato

Câmara Municipal de Muqui
Nº Contrato: Primeiro Aditivo ao Contrato 007/2019

Contratada: E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA

Objeto do Contrato: Locação de Sistema de Gestão Pública Integrado.

Valor Total: Acresce ao valor mensal R\$ 650,00.

Vigência do Contrato: 12 (doze) meses.

Protocolo 564377

Extrato Contrato

Câmara Municipal de Muqui

Nº Contrato: Segundo Aditivo ao Contrato 007/2019

Contratada: E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA

Objeto do Contrato: Locação de Sistema de Gestão Pública Integrado.

Valor Total: Suprime do valor mensal R\$ 1.057,57.

Vigência do Contrato: 12 (doze) meses.

Protocolo 564379

Entidades Federais
**Conselho Regional de
Contabilidade do
Espírito Santo - CRCES**
**Ratificação Dispensa de
Licitação**

Proc. ADM Nº 2020/000229

Contratada: DISTRIBUIDORA DE

GÁS GREGÓRIO LTDA

CNPJ nº 11.185.669/0001-11

Objeto: Fornecimento de água mineral para o CRCES.

Valor Estimado Anual: R\$ 2.880,00

Prazo: 12/03/2020 a 11/03/2021

Dotação: 6.3.1.3.01.01.015

Vitória-ES, 17 de fevereiro de 2020.

CARLA CRISTINA TASSO
Presidente CRCES

Protocolo 564266

2º Aditivo Contratual

Pregão Presencial nº 13/2017

Contratada: ATOS SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA - ME

CNPJ: 06.229.857/0001-64

Objeto: Fornecimento por locação de Impressoras e demais insumos.

Motivo: Prorrogação do contrato de 15/02/2020 a 14/02/2021.

Valor Estimado Anual: R\$ 13.335,00

Dotação: 6.3.1.3.02.01.026

Vitória/ES, 13 de fevereiro de 2020.

Carla Cristina Tasso
Presidente CRCES

Protocolo 564265

**Conselho Regional
de Farmácia**
PORTARIA Nº 015/2020

Ementa: Nomeia Candidato aprovado no Concurso Público do Edital nº 001/2019 - CRF-ES para o cargo de Técnico Nível Superior I - Contabilidade.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRF-ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.820/60;

CONSIDERANDO a prescrição do comando normativo do Artigo 37, II da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 31, XXII do Regimento Interno do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo consubstanciado pela Resolução nº 659/18 do Conselho Federal de Farmácia e;

Considerando o resultado final do Concurso Público do Edital nº 001/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Candidato aprovado no Concurso Público para

assumir o cargo de Técnico de Nível Superior I - Contabilidade, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais e remuneração de R\$ 3.232,52 (Três Mil Duzentos e Trinta e Dois Reais e Cinquenta e Dois Centavos), atendidas as garantias do acordo coletivo firmado com o SINDICOES, conforme abaixo relacionado:

NOME:**CPF:**

Yago de Moraes Almeida

051.439.615-64

Artigo 2º - Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a esta nomeação correrão à conta do orçamento do CRF-ES, elementos de despesas 6.2.2.1.1.01.01.001 - Vencimentos e Salários.

Artigo 3º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da sua assinatura.

Vitória (ES), 18 de fevereiro de 2020.

Dr. LUIZ CARLOS CAVALCANTI
PRESIDENTE DO CRF-ES

Protocolo 564441

**Licitações**

O caderno completo, com todas as oportunidades, você encontra aqui!

PUBLICAMOS

HOJE

O QUE VAI ACONTECER

AMANHÃ.

E OLHA QUE NEM TEMOS AQUELA COLUNA DE HORÓSCOPOS.

DESDE 1892

O QUE FOI O ESPÍRITO SANTO SE DESENVOLVER SAI PRIMEIRO AQUI.



TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 007/2021

PLS: 07

PROC: 52 / 21

1- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 Decreto nº. 3.555/00 – Art. 8º, II c/c Art. 3º, caput e incisos I a III, da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 7892/13 e subsidiariamente, às normas constantes da Lei nº. 8.666/93.

2- DO OBJETO

2.1 - Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES, pelos seus colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional.

3- DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

3.1 – Justifica-se a contratação de empresa para fornecimento de água mineral visando que os colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional tenham condições salubres e água potável para consumo. Justifica-se também tendo em vista que, os filtros ligados diretamente à rede hidráulica do CRCES, não atendem integralmente a necessidade, principalmente nos dias de realização de eventos e reuniões.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A quantidade estimada a ser contratada, foi estabelecida com base no Contrato nº 09/20 que encontra-se em vigor, cujo quantitativo atende a demanda para o referido objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANIDADE ESTIMADA (MENSAL)	QUANIDADE ESTIMADA (ANUAL)
1	Garrações de água mineral de 20 litros	15 galões	180 galões
2	Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	03 caixas	36 caixas

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E LOCAL DA ENTREGA

5.1 O pedido do item 02 da tabela de descrição do objeto deverá ser solicitado à contratada, mediante apresentação de requisição padronizada e assinada por servidor previamente credenciado, com especificação do quantitativo e o item a ser adquirido;



5.2 Quanto ao item 01 da tabela de descrição do objeto, a contratada deverá realizar a reposição dos galões vazios da sede do CRCES semanalmente e sempre no mesmo dia. O controle deverá ocorrer em requisição fornecida pela contratada e com a assinatura do funcionário do CRCES credenciado.

5.3 Os pedidos poderão ser solicitados no período de 08h às 17h, devendo ser atendidos em até dois dias úteis.

5.4 A entrega dos produtos deverá ser na sede do Conselho Regional de Contabilidade, na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº. 30, Bento Ferreira – Vitória/ES.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A CONTRATADA deverá entregar os objetos devidamente embalados, sem amassados ou qualquer tipo de avaria, respeitando e responsabilizando-se integralmente pelos produtos ora contratados, com estrita obediência às exigências descritas no Termo de Referência.

6.2 Qualquer material/objeto que estiver defeituoso/vencido deverá ser trocado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação do problema à CONTRATADA.

6.3 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a nota fiscal, com a descrição detalhada do produto, quantitativo e demais itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, quando for o caso.

6.4 Credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às solicitações e/ou reclamações que porventura surgirem durante a vigência do contrato.

6.5 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

6.6 Disponibilizar para a contratada um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefones, e-mail, fax ou outra forma de comunicação para solicitação de serviços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Durante a vigência do Contrato, o fornecimento dos materiais serão acompanhados e fiscalizados por servidor especialmente designado, o qual assumirá a função de Fiscal do Contrato.

7.2 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos objetos contratados, determinando o que for necessário à regularização, procedendo à juntada de documentos relevantes para a comprovação dos fatos.

7.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.



7.4 Emitir pedido do produto, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante designado pelo setor competente.

FLS.: 08
PROC.: 52 Df/R

7.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

7.7 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços ou entrega de materiais.

7.8 Controlar todos os Pedidos de Serviço, para posterior conferência com a Nota Fiscal emitida pela contratada.

7.9 A fiscalização realizada pela CONTRATANTE, através de servidor previamente designado, não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1 Apresentar planilha com descrição dos valores, de acordo com as especificações exigidas neste termo, informando o valor unitário dos objetos, bem como valores totais (quantidade estimada x valor unitário) com valores expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso.

8.2 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos que forem omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, sem ônus adicionais.

8.3 O critério será ser o de MENOR PREÇO GLOBAL.

•Após a apresentação dos valores unitários e totais por item, favor informar o VALOR GLOBAL TOTAL: R\$

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL (A)	PREÇO UNITÁRIO (B)	PREÇO TOTAL (AxB)
Garrações de água mineral de 20 litros	15 galões		
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	03 caixas		
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL			
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL			



9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da contratação, correrão às contas dos recursos disponíveis na rubrica 6.3.1.3.01.01.015 – Gêneros de Alimentação.

10. DO PAGAMENTO

10.1 Os pagamentos pelos produtos contratados serão efetuados em até 10 (dez) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via, devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES.

10.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ter o mesmo CNPJ do Contrato, pois, caso haja divergência, impossibilitará sua apropriação e pagamento.

10.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

10.4 As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a dada da devolução e a da reapresentação.

10.5 A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

10.6 Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a CONTRATADA de apresentar a comprovação mensal de recolhimentos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticada, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº 8212 de 24/07/91.

10.7 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão do CRCES das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.

10.8 Na hipótese do CRCES vir a ser condenado, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas na subcláusula 3.7 e, se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pelo CRCES, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, o CRCES utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual desde já esta expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas nesta subcláusula.



10.9 Atendido ao disposto nos itens anteriores, o CRCES considera como data final do período de adimplimento a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

10.10 O pagamento será efetuado observando, ainda, as seguintes condições:


- a) O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação da regularidade fiscal/previdenciária/trabalhista (Lei 12440/2011) e do FGTS da CONTRATADA;
- b) De acordo com o artigo 64 da Lei nº 9430 de 27/12/96, os pagamentos efetuados por Órgãos, Autarquias e Fundações da Administração Pública Federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP;
- c) A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012) e, por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente;
- d) Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do seu recebimento regular (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012);
- e) A CONTRATADA, deverá apresentar juntamente com a Nota/Fatura a Declaração a que se refere o inciso XI, do art. 4º da IN SRF nº 1234, redação dada pela IN RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

11.1 A contratação deve vigor da assinatura do contrato até 12 (doze) meses subsequentes, tendo validade e eficácia legal após a publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.

11.2 O preço permanecerá fixo e irrevogável durante toda a vigência do instrumento contratual.


Vitória, 10 de fevereiro de 2021.


Wekson José Barbieri Mariano
Chefe do Setor Administrativo
CRCES

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Itens	Descrição	Unidade / Caixa	CATARINA MARCOLONGO		ÁGUARD		DIST. GRAGÓRIO		MILHAGUA		PAINEL DE PREÇOS		MÉDIA	
			Valor unit.	Valor mensal	Valor unit	Valor mensal	Valor unit	Valor mensal	Valor unit	Valor mensal	Valor unit	Valor mensal	Valor unit	Valor mensal
1	Garrações de água mineral de 20 litros	15 galões	R\$ 9,00	R\$ 135,00	R\$ 10,00	R\$ 150,00	R\$ 14,00	R\$ 210,00	R\$ 14,00	R\$ 210,00	R\$ 14,93	R\$ 223,95	R\$ 12,38	R\$ 185,79
1	Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	03 caixas	R\$ 29,00	R\$ 87,00	R\$ 32,16	R\$ 96,48	R\$ 29,00	R\$ 87,00	R\$ 29,00	R\$ 87,00	R\$ 33,60	R\$ 100,80	R\$ 30,55	R\$ 91,65
VALOR TOTAL MENSAL:				R\$ 222,00		R\$ 246,48		R\$ 297,00		R\$ 297,00		R\$ 324,75		R\$ 277,44
VALOR TOTAL ANUAL:				R\$ 2.664,00		R\$ 2.957,76		R\$ 3.564,00		R\$ 3.564,00		R\$ 3.897,00		R\$ 3.329,35

Vitória/ES, 23 de fevereiro de 2021.


Assistente Administrativo
Setor Administrativo

CATARINA MARCOLONGO PEREIRA – ME/MEE

AO
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO
A/C LEANDRA

FLS.: 51

PROC.: 52 125/160

CATARINA MARCOLONGO PEREIRA – ME, inscrita no CNPJ nº 03.002.493/0001-97, e inscrição estadual nº 081.991.43-6, localizada na Rua: Castelo Branco, nº 35, Bairro de Fátima, Serra (ES) – CEP 29.160-810, Telefone: 3057-2936, 99843.6570, vem apresentar ORÇAMENTO para eventual aquisição de água mineral Galões de 20 litros e copos descartáveis de 200ml.

ITEM	Descrição	Quant. Estimada	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Garrafão de água mineral de 20 litros sem gás. Marca: ACGUA REALLE	15 galões	R\$ 9,00	R\$ 135,00
02	Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml Marca: Gold	03 caixas	R\$ 29,00	R\$ 87,00
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL				R\$ 222,00
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL				R\$ 2.664,00

O prazo de validade da presente proposta é de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação;

PRAZO PARA PAGAMENTO:

Até 10 dias após apresentação da Nota Fiscal

Por necessário informamos que:

- a) Será responsável pela relação negocial de nossa empresa a Senhora CATARINA MARCOLONGO PEREIRA, portadora da cédula de identidade nº M-5.758.421-SSP/ME e do CPF-MF nº [REDACTED], com endereço na Rua Silvino Grecco, 814 Jardim Camburi, Vitória/ES, CEP 29090-230 e e-mail aguaraposovitoria@terra.com.br
- b) Nosso domicílio bancário é BANCO DO BRASIL S.A nº 001; nº da Agência 3194-1 e nº da conta corrente 25.476-2

Serra (ES), 23 de fevereiro de 2021.

[REDACTED]
CATARINA MARCOLONGO PEREIRA ME
CNPJ: [REDACTED]
ADMINISTRADORA

03 002 493/0001-97

Catarina Marcolongo Pereira
ME

Rua Castelo Branco, nº 35
CEP: 29160-810 - Bairro de Fátima
Serra - ES

CRCES - Leandra Machado

De: aguaraposovitoria@terra.com.br
Enviado em: terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 09:12
Para: CRCES - Leandra Machado
Assunto: Re: Cotação
Anexos: ORÇAMENTO CREES 23 02 2021.pdf

Bom dia, Leandra!

Segue orçamento solicitado.

Favor confirmar recebimento.

Atenciosamente,

Catarina

Em Seg 22/02/21 08:57, CRCES - Leandra Machado leandra.machado@crc-es.org.br escreveu:

Bom Dia!

Solicitamos cotação conforme descrição do objeto abaixo:

DO OBJETO:

Fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES, pelos seus colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional, de acordo com especificações constantes neste Termo de Referência.

Obs.: Na proposta devesa conter nome e CNPJ da empresa.

PLANILHA DE PREÇOS:

DESCRIÇÃO	QUANIDADE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	MENSAL (A)	(B)	(AxB)
Garrações de água mineral de 20 litros	15 galões		
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	03 caixas		
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL			
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL			

Atenciosamente,

FLS.: 13
PROC.: 52 11 jul

ÁGUARD



Atenção: Leandra Machado

Assistente Administrativo - Controle Interno

Bom Dia!

Atendendo sua solicitação, apresentamos nossa cotação conforme descrição do objeto abaixo:

PLANILHA DE PREÇOS:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL (A)	PREÇO UNITÁRIO (B)	PREÇO TOTAL (AxB)
Garrações de água mineral de 20 litros	15 garrações	R\$ 10,00	R\$ 150,00
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	03 caixas	R\$ 32,16	R\$ 96,48
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL			R\$ 246,48
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL			R\$ 2.957,76

Valor total estimado mensal R\$ 246,48 (duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos);

Valor total estimado anual R\$ 2.957,76 (dois mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos)

Pagamento: 28 (vinte e oito) dias após emissão nota fiscal;

Entrega: Imediato;

Prazo de validade da proposta: 60 dias a contar da data de apresentação.

Atenciosamente,

Vitória ES, 22 de fevereiro de 2021.

ÁGUARD
Águas Minerais e Bebidas Ltda - ME
José Augusto Pompernyer

ÁGUARD - Águas Minerais e Bebidas LTDA - ME

Matriz: Av. José Maria Vivacqua Santos, nº 100 - Galpão 01 - Jardim Camburi - CEP 29090-160 - Vitória - ES

Email: aguard@terra.com.br - Tel.: 3337-7777 - Tel/Fax.: 3227-7777

CNPJ 05.287.012/0001-62 - Insc. Est. 082.179.87-5

CRCES - Leandra Machado

De: José Augusto Pompermayer [aguard@terra.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 22 de fevereiro de 2021 10:33
Para: CRCES - Leandra Machado
Assunto: RES: Cotação
Anexos: Cotação CRCES.pdf

Bom dia Leandra Machado,
 Anexo cotação solicitada para fornecimento de água mineral.
 Att.,
 Águard Águas Minerais
 José Augusto Pompermayer

De: CRCES - Leandra Machado [mailto:leandra.machado@crc-es.org.br]
Enviada em: segunda-feira, 22 de fevereiro de 2021 08:57
Para: aguard@terra.com.br
Assunto: Cotação

Bom Dia!

Solicitamos cotação conforme descrição do objeto abaixo:

DO OBJETO:

Fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES, pelos seus colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional, de acordo com especificações constantes neste Termo de Referência.

Obs.: Na proposta devesa conter nome e CNPJ da empresa.

PLANILHA DE PREÇOS:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL (A)	PREÇO UNITÁRIO (B)	PREÇO TOTAL (AxB)
Garrações de água mineral de 20 litros	15 galões		
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	03 caixas		
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL			
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL			

Atenciosamente,



Leandra Machado

Assistente Administrativo
 Controle Interno

www.crc-es.org.br | leandra.machado@crc-es.org.br | 55 (27) 3232-1600

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

Cariacica (ES), 22 de fevereiro de 2021.

AO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ES

PROPOSTA COMERCIAL

em	Descrição	NCM	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Água mineral 20 L Sem Gás	22011000	15	R\$ 14,00	R\$ 210,00
2	Água mineral 200 ML Sem Gás CX com 48 unidades	22011000	3	R\$ 29,00	R\$ 87,00

Valor Total da Proposta: R\$ 297,00 (Duzentos e noventa e sete reais)

Prazo de Validade da Proposta: 60 dias.

Prazo de Entrega: 24 horas após envio da ordem de fornecimento, ou atendendo a programação acordada.

VINICIUS MOGNOL
REBOLI:058969567
38

Assinado de forma digital por
VINICIUS MOGNOL
REBOLI:058969567
Dados: 2021.02.22 13:08:41
-03'00'

DISTRIBUIDORA DE GAS GREGORIO LTDA
End: Rua Fundão, Nº 732, Vila Capixaba – Cariacica – ES
CNPJ: 11.185.669/0001-11 – IE: 082.785.50-2
Inscrição Municipal: 118932
TEL: 3343-2647 / 9-9826-0296

FLS: 36
PROC: 52 / 21 jef

CRCES - Leandra Machado

De: Gregorio dg [distribuidoragregorio@hotmail.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 22 de fevereiro de 2021 13:10
Para: CRCES - Leandra Machado
Assunto: RE: Cotação
Anexos: PROPOSTA COMERCIAL.pdf

Boa tarde, segue em anexo.

Atenciosamente.

Vinicius Réboli

Distribuidora Gregório

Nossa satisfação e atender bem !

(27) 3343-2647 (27) 99826-0296

De: CRCES - Leandra Machado <leandra.machado@crc-es.org.br>

Enviado: segunda-feira, 22 de fevereiro de 2021 13:35

Para: distribuidoragregorio@hotmail.com.br <distribuidoragregorio@hotmail.com.br>

Assunto: Cotação

Bom Dia!

Solicitamos cotação conforme descrição do objeto abaixo:

DO OBJETO:

Fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES, pelos seus colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional, de acordo com especificações constantes neste Termo de Referência.

Obs.: Na proposta devesa conter nome e CNPJ da empresa.

PLANILHA DE PREÇOS:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL (A)	PREÇO UNITÁRIO (B)	PREÇO TOTAL (AxB)
Garrações de água mineral de 20 litros	15 galões		
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	03 caixas		
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL			



Atenciosamente,



Leandra Machado

Assistente Administrativo

Controle Interno

www.crc-es.org.br/leandra.machado@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1600

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

Milhágua

CNPJ 10.999.048/0001-09

Milholi Águas Ltda

Av. Saturnino Rangel Mauro, 1231
Pontal de Camburi - Cep 29062030

milhagua@hotmail.com

3181-2461 - 99980-2461

FLS.: 57
PROC.: 52 / 25 JP

X

Orçamento
Pedido

CLIENTE	CNPJ	INS EST	CEP
CRCES			
ENDEREÇO	BAIRRO	CIDADE	ESTADO
		VITORIA	ES
CONTATO	TELEFONE	FAX	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
LEANDRA			
HOME PAGE	E-MAIL	PRAZO DE ENTREGA	

ITEM	QUANT	UNID	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	P.UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
001	3			AGUA MINERAL 48 X 200 ML COPO	29,00	87,00
002	15			AGUA MINERAL 20 LITROS	14,00	210,00
003						
004						
005						
006						
007						
008						
009						
010						
011						
012						
013						
014						
015						
016						

DESCONTO

SUB TOTAL 297,00

TOTAL A PAGAR 297,00

Vitória (ES),

22 fevereiro, 2021

CRCES - Leandra Machado

FLS.: 18
PROC.: 52 / 25/20

De: Milhágua [milhagua@gmail.com]
Enviado em: segunda-feira, 22 de fevereiro de 2021 11:19
Para: CRCES - Leandra Machado
Assunto: Re: RES: ENC: Cotação
Anexos: ORCAMENTO CRCES - LEANDRA.xlsx

segue orçamento como solicitado.

atenciosamente,

Carla Souza

Às 09:11 de 22/02/2021, CRCES - Leandra Machado escreveu:

Segue o endereço:

Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, Vitória/ES.

Atenciosamente,



Leandra Machado

Assistente Administrativo
Controle Interno

www.crc-es.org.br/leandra.machado@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1600

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: Milhágua [mailto:milhagua@gmail.com]
Enviada em: segunda-feira, 22 de fevereiro de 2021 09:09
Para: CRCES - Leandra Machado
Assunto: Re: ENC: Cotação

bom dia, qual o endereço para entrega do material?

Às 08:37 de 22/02/2021, CRCES - Leandra Machado escreveu:

Bom dia!

Segue e-mail enviado em 11/02/2021 para cotação.

Atenciosamente,



Leandra Machado

Assistente Administrativo
Controle Interno

www.crc-es.org.br/leandra.machado@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1600

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: CRCES - Leandra Machado
Enviada em: quinta-feira, 11 de fevereiro de 2021 10:02

Para: 'milhagua@hotmail.com'

Assunto: Cotação

Bom Dia!

Solicitamos cotação conforme descrição do objeto abaixo:

DO OBJETO:

Fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES, pelos seus colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional, de acordo com especificações constantes neste Termo de Referência.

Obs.: Na proposta devesa conter nome e CNPJ da empresa.

PLANILHA DE PREÇOS:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL (A)	PREÇO UNITÁRIO (B)	PREÇO TOTAL (AxB)
Garrações de água mineral de 20 litros	15 galões		
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	03 caixas		
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL			
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL			

Atenciosamente,



Leandra Machado

Assistente Administrativo

Controle Interno

www.crc-es.org.br/leandra.machado@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1600

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece



Milholi Águas Ltda

Av. Saturnino Rangel Mauro, 1231

Pontal de Camburi - Vitória - ES - Cep 29062-030

Tels.: 27 3181.2461 - 99980.2461 - 99841.2461

E-mail: milhagua@gmail.com

MÉDIA

R\$ 14,93

MEDIANA

R\$ 13,37

MEIOR

R\$ 9

FILTROS APLICADOS

Descrição

GARRAFAO, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:20 L, APLICAÇÃO:ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, NBR 14222/14328 2020

Ano da Compra

Quantidade total de registros: 48

Registros apresentados: 1 a 48

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade de Licitação	Código do Item CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00075/2020	00001	Dispensa de Licitação	402921	GARRAFAO	GARRAFAO, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, APLICAÇÃO ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, NBR 14222/14328	UNIDADE	50	R\$9,48	JMZ SOLUCOES E ASSESSORIA EM ENGENHARIA EIRELI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	153119 - PREFEITURA DA UNIVERSIDADE DA UFRJ/RJ	25/11/2020
00006/2020	00001	Dispensa de Licitação	402921	GARRAFAO	GARRAFAO, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, APLICAÇÃO ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, NBR 14222/14328	UNIDADE	450	R\$9,50	F R COMERCIO DE GAS LTDA	MINISTERIO DA SAUDE	257037 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ARAGUAIA	17/08/2020

Relatório gerado dia: 22/02/2021 às 13:48

Fonte: paineldepresos.planejamento.gov.br

54,93 x 15 = 223,95 mensal.

[Assinatura]

Leandra Machado
Assistente Administrativo
CRCS

Fls: 19
PROC: 52 2480

00014/2019	00002	Pregão	402921	GARRAFÃO	GARRAFÃO, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, APLICAÇÃO ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, NBR 14222/14328	UNIDADE	342	R\$10,00	BJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	MINISTERIO DA SAUDE	257046 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA POTIGUARA	13/01/2020
00020/2020	00003	Pregão	402921	GARRAFÃO	GARRAFÃO, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, APLICAÇÃO ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, NBR 14222/14328	UNIDADE	200	R\$10,86	FL COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO EIRELI	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155023 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY	05/06/2020
00004/2020	00006	Pregão	402921	GARRAFÃO	GARRAFÃO, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, APLICAÇÃO ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, NBR 14222/14328	UNIDADE	480	R\$11,80	HIDROMINERACAO NATAL EIRELI	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MS	200123 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODOV. FEDERAL-RN	29/05/2020
00001/2020	00781	Pregão	402921	GARRAFÃO	GARRAFÃO, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, APLICAÇÃO ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, NBR 14222/14328	UNIDADE	100	R\$12,66	STS COMERCIO VAREJISTA LTDA	MINISTERIO DA ECONOMIA	170106 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF-MS	06/07/2020

Relatório gerado dia: 22/02/2021 às 13:48
Fonte: paineldeprescos.planejamento.gov.br



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Relatório gerado dia 23/2/2021 às 7:34
Quantidade total de registros: 1297925
Registros apresentados: 1 a 50

EXPORTAR EM PDF

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R\$ 0,70	R\$ 0,70	R\$ 0,70

Filtros Aplicados

Descrição Complementar

ÁGUA MINERAL NATURAL - ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO SEM GÁS, MATERIAL EMBALAGEM PLÁSTICO, TIPO EMBALAGEM DESCARTÁVEL COPO 200ML, ÁGUA MINERAL EM COPO DE 200ML. CARACTERÍSTICAS: ACONDICIONADA EM COPO PLÁSTICO COM LACRE. SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM O DEC. 3029 DE 16/04/99 E RDC Nº2741, DE 22/09/2005 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. EMBALAGEM APRESENTANDO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO, SENDO QUE O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM NO MÍNIMO 10 MESES ATÉ A SUA VALIDADE. ÁGUA MINERAL COPO 200ML - SEM GÁS - CAIXA COM 48 UNIDADES

Ano da Compra
2020

005: unidade 0,70 x 48 unidade (caixa) = R\$ 33,60 total da caixa

33,60 x 3 = 100,80 mensal

FLS: 20
PROC: 52 / 2020

Assistente Administrativo
CRCES



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS.: 21
PROC.: 52 / 21 sep

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CATARINA MARCOLONGO PEREIRA
CNPJ: 03.002.493/0001-97

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:05:27 do dia 15/02/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/08/2021.

Código de controle da certidão: **8D94.588F.6B33.8A93**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20210000139292

Identificação do Requerente: CNPJ N° 03.002.493/0001-97

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto n° 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **23/02/2021**, válida até **24/05/2021**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 23/02/2021.

Autenticação eletrônica: **0005.0633.52F0.7E2A**

FLS.: 22
PROC.: 52/2021



PREFEITURA DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
29176-439 - R MAESTRO ANTÔNIO CÍCERO, 111 CAÇAROCA SERRA ES

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 11137589/2021 Data Geração: 29/01/2021 Data Validade: 29/03/2021

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

Identificação

Crc	85291
Contribuinte	CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME
CNPJ / CPF	03.002.493/0001-97
IE / RG	81991436
Endereço	29160-810 - RUA CASTELO BRANCO, 35
Bairro	NOSSA SENHORA DE FATIMA
Cidade	SERRA
Estado	ES

Data Emissão: 23/02/2021

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<http://www.serra.es.gov.br>

Número: 11137589/2021

Inscrição: 85291

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.

FLS.: 23
PROC.: 52 / 25.110

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 03.002.493/0001-97
Razão Social: CATARINA MARCOLONGO PEREIRA ME
Endereço: R CASTELO BRANCO 35 / FATIMA / SERRA / ES / 29160-810

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

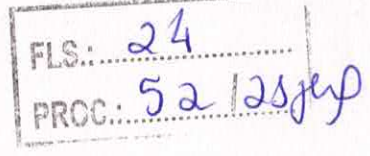
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/02/2021 a 13/03/2021

Certificação Número: 2021021201172925383009

Informação obtida em 23/02/2021 08:57:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

FLS.: 25
PROC.: 52 / 21 Jp

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CATARINA MARCOLONGO PEREIRA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.002.493/0001-97

Certidão nº: 6924020/2021

Expedição: 23/02/2021, às 08:55:51

Validade: 21/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CATARINA MARCOLONGO PEREIRA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.002.493/0001-97, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

**TERMO DE JUSTIFICATIVA – DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/000052****OBJETO:**

DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
Garrações de água mineral de 20 litros	180 galões	R\$ 9,00	R\$ 1.620,00
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	36 Caixas	R\$ 29,00	R\$ 1.044,00
ESTIMATIVA TOTAL ANUAL:			R\$ 2.664,00

FORNECEDOR:**Nome do Fornecedor:** CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME**Endereço:** Rua Castelo Branco, nº 35, Bairro de Fátima, Serra/ES, Cep: 29160-810**Tel/Fax:** (27) 3057-2936**CNPJ:** 03.002.493-0001-97 **Insc. Municipal:****Observações:**

A empresa encontra-se regular com as Fazendas Públicas Municipal e Estadual de sua sede, e União, bem como FGTS e Justiça do Trabalho, conforme art. 29, incisos III, IV e V da Lei 8.666/93.

Enquadramento Legal:

1 - Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, "in verbis":

*"Art. 24. É dispensável a licitação:**(...)**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"***Justificativa do Preço:**

Menor preço apresentado, conforme mapa de apuração e estimativa de preço.

Vitória/ES, 23 de fevereiro de 2022


Contador Jorge Padeu Baranja
Diretor Executivo CRCES

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CONTRATO Nº 00XX/2021- PROCESSO ADM Nº 2021/000052.**Origem: Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93.**

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES E A EMPRESA CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME, CONFORME AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO – CRCES, Autarquia Federal de Regime Especial, inscrito no CNPJ – sob o n.º 28.163.343/0001-96, com sede à Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050- 620, doravante denominado CRCES, neste ato representado pela sua Presidente, a Contadora CARLA CRISTINA TASSO, portadora do registro ES-010553/O, de acordo com a Ata nº 1609 da Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito.

CONTRATADA: CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 03.002.493/0001-97, estabelecida na Rua Castelo Branco, nº 35, Bairro de Fátima, Serra/ES, Cep: 29160-810, representada pela proprietária, Senhora CATARINA MARCOLONGO PEREIRA, portadora do CPF (MF) n.º ~~2.111.111-11~~, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

O presente contrato tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado descrito abaixo, mediante **Dispensa de Licitação, na forma do artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, e demais legislações pertinentes e, ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA:

1.1 O presente contrato tem por objeto o fornecimento de água mineral em garrações de 20 (vinte) litros e copos de 200 (duzentos) ml, conforme descrição detalhada na CLAUSULA SEGUNDA.

1.2 Justifica-se a supracitada contratação visando que os colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área contábil que acessam diariamente a sede do Regional tenham condições salubres e água potável para consumo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 A remuneração do serviço contratado será o apresentado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
Garrações de água mineral de 20 litros	180 galões	R\$ 9,00	R\$ 1.620,00
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	36 Caixas	R\$ 29,00	R\$ 1.044,00
ESTIMATIVA TOTAL ANUAL:			R\$ 2.664,00

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

2.2 A quantidade estimada para fornecimento poderá variar para mais ou para menos, de acordo com a necessidade do Contratante.

2.3 – O valor total deste contrato é **R\$ 2.664,00** (dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), enquadrando-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/1993.

2.4 As despesas decorrentes da contratação, correrão às contas dos recursos: **6.3.1.3.01.01.015 – Gêneros de Alimentação**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Os pagamentos pelos serviços contratados serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via, devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES.

3.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ter o mesmo CNPJ do Contrato, pois, caso haja divergência, impossibilitará sua apropriação e pagamento.

3.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

3.4 As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a dada da devolução e a da reapresentação.

3.5 A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

3.6 Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a CONTRATADA de apresentar a comprovação mensal de recolhimentos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticada, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº 8212 de 24/07/91.

3.7 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de **requerer a exclusão do CRCES das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.**

3.8 Na hipótese do CRCES vir a ser condenado, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas na subcláusula 3.7 e, se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pelo CRCES, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, o CRCES utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual desde já esta expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas nesta subcláusula.

3.9 Atendido ao disposto nos itens anteriores, o CRCES considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

3.10 O pagamento será efetuado observando, ainda, as seguintes condições:

- a) O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação da regularidade fiscal/previdenciária/trabalhista (Lei 12440/2011) e do FGTS da CONTRATADA;
- b) De acordo com o artigo 64 da Lei nº 9430 de 27/12/96, os pagamentos efetuados por Órgãos, Autarquias e Fundações da Administração Pública Federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, **do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP;**
- c) A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012) e, por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente;
- d) Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do seu recebimento regular (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012);
- e) A CONTRATADA, deverá apresentar juntamente com a Nota/Fatura a Declaração a que se refere o inciso XI, do art. 4º da IN SRF nº 1234, redação dada pela IN RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os objetos devidamente embalados, sem amassados ou qualquer tipo de avaria, respeitando e responsabilizando-se integralmente pelos produtos ora contratados, com estrita obediência às exigências descritas no Termo de Referência.

4.2 Qualquer material/Objeto que estiver defeituoso/vencido deverá ser trocado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação do problema à CONTRATADA.

4.3 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a nota fiscal, com a descrição detalhada do produto, quantitativo e demais itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, quando for o caso.

4.4 Credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às solicitações e/ou reclamações que porventura surgirem durante a vigência do contrato.

4.5 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

4.6 Disponibilizar para a contratada um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefones, e-mail, fax ou outra forma de comunicação para solicitação de serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 Durante a vigência desta carta contrato, o fornecimento dos materiais serão acompanhados e fiscalizados por servidor especialmente designado, o qual assumirá a função de Fiscal do Contrato.

5.2 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos objetos contratados, determinando o que for necessário à regularização, procedendo à juntada de documentos relevantes para a comprovação dos fatos.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

5.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

5.4 Emitir pedido do produto, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante designado pelo setor competente.

5.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

5.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.7 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8 Controlar todos os Pedidos de Serviço, para posterior conferência com a Nota Fiscal emitida pela contratada.

5.9 A fiscalização realizada pela CONTRATANTE, através de servidor previamente designado, não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA SOLICITAÇÃO, DA FORMA, DO PRAZO E DO LOCAL DA ENTREGA:

6.1 A entrega dos produtos será realizada na sede do Conselho Regional de Contabilidade (CRCES), na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº. 30, Bento Ferreira – Vitória/ES, durante o horário de expediente do órgão (08hrs às 17hrs);

6.2 A entrega dos garrafões de água de 20 litros deverá ser realizada semanalmente, sempre às terças-feiras, para reposição dos garrafões vazios conforme a necessidade do CRCES.

6.3 A entrega das caixas de água mineral de 200 ml (natural), deverá ocorrer até 03 (três) dias úteis após a solicitação realizada pelo CRCES.

6.4 O prazo de validade dos produtos deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, considerando a data de entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

7.1 A presente carta contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 12/03/2021 e término em 11/03/2022.

7.2 Os preços aqui registrados permanecerão fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato.

7.3 Na ocorrência de redução dos preços praticados no mercado, o contratado será convocado para negociar, podendo, dessa forma, reduzir o preço estabelecido, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1 A fiscalização dos serviços caberá a empregado formalmente designado, na forma do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

8.2 Das decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à Divisão de Administração, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

8.3 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1 Em caso de inexecução total ou parcial desta carta contrato, a CONTRATADA estará sujeita, garantida prévia defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos se houverem.
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com o CRCES, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.2 As penalidades previstas nos itens "a" e "c" poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.3 Pelo atraso injustificado durante a execução do contrato será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, contado a partir do segundo dia de atraso sem prévia comunicação por escrito de motivo justificado e aceito pelo CRCES e será calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos, se houverem. A referida multa será aplicada até que haja a regularidade na execução do contrato.

9.4 Ocorrida à inadimplência da multa aplicada pelo CRCES serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor.
- b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher ao Setor Financeiro do CRCES, o valor total da multa, no prazo de dez (10) dias, contados a partir da data do recebimento da comunicação pela CONTRATADA.

9.5 A CONTRATADA cientificada da aplicação da multa terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir do pagamento da multa, para apresentar recurso ao CRCES. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica que procederá ao seu exame. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Administração do CRCES, que poderá rejeitar ou não a multa.

9.6 Em caso de relevação da multa, o CRCES se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações contratuais, não constituindo a relevação, novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

9.7 Caso a Administração mantenha a multa não caberá novo recurso administrativo.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO:

10.1 Considerando a dispensa de publicação no Diário Oficial da União, do extrato das contratações inferiores a R\$ 17.600,00, bem como, face ao princípio da economicidade, a publicidade deste instrumento será dada através do Portal da Transparência do CRCES, no link <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES:

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1- Constituem motivos para rescisão deste contrato, durante sua vigência:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de execução ou conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- c) o atraso injustificado no início dos serviços;
- d) a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- e) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não prevista neste Contrato;
- f) o desatendimento às determinações regulares do funcionário ou preposto do CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) o cometimento reiterado de falhas na sua execução, observadas as anotações, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinado pelo CONTRATANTE o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- h) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i) a dissolução da sociedade, ou o falecimento do sócio-gerente subscritor do presente contrato mediante cláusula expressa no contrato social;
- j) a alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;
- k) razões de interesse público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo referente a este Contrato;
- l) a supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificação no valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- m) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão do presente Contrato, durante sua vigência, poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nas alíneas "a" e seguintes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, ____ de fevereiro de 2021.

CATARINA MARCOLONGO PEREIRA
Proprietária

CARLA CRISTINA TASSO
Presidente do CRCES

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome
CPF nº.

2) _____
Nome
CPF nº.

7

MEMORANDO Nº. 011/2021 – Setor Administrativo

De: Diretoria Executiva
Para: Coordenadoria Jurídica
Ref.: Parecer jurídico – Contratação por Dispensa de Licitação

Vitória, 24 de fevereiro de 2021.

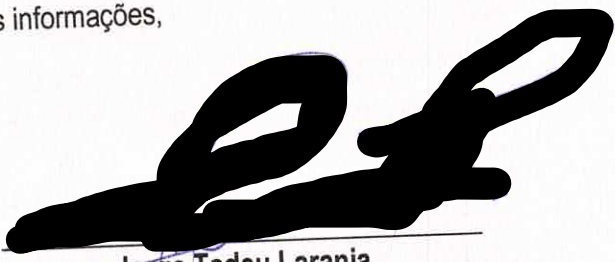
Prezado Dr. Leonardo Gonoring G. Simon,

Em virtude da necessidade de Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral em garrações de 20 (vinte) litros e copos de 200 (duzentos) ml, conforme TR nº 007/2021.

Encaminhamos os autos para análise e parecer quanto à regularidade da contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO – Processo ADM 2021/000052, na forma do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, bem como, sugestões e alterações que julgar necessárias no que se refere à devida instrução processual.

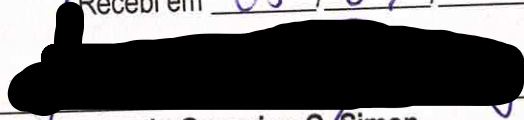
Estamos à disposição para mais informações,

Atenciosamente,


Jorge Tadeu Laranja
Diretor Executivo

Recebi em

05 / 03 / 21


Leonardo Gonoring G. Simon
Coordenadoria Jurídica
Portaria nº 106/2018

PARECER JURÍDICO Nº 021/2021

Processo: ADM2021/000052

Interessado: CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME

Assunto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES.

Considerações iniciais

1. Trata-se de processo administrativo de contratação direta, por dispensa de licitação, instaurando em 09/02/2021 para contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES.
2. Com o fim de operacionalizar a contratação, o processo foi encaminhado à Assessoria Jurídica em 05/03/2021, pelo Setor Administrativo do CRCES, para análise e emissão de parecer.

Delimitação do Objeto

3. As orientações jurídicas nas contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação da Assessoria Jurídica, no exercício de sua competência consultiva, possuem caráter somente opinativo, restritas aos aspectos jurídicos da contratação, em especial do instrumento de contrato, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, recaindo exclusivamente sobre os agentes públicos competentes a responsabilidade pela regularidade dos atos do procedimento, pela veracidade das informações e justificativas postas nos autos, em especial quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante, pelo enquadramento da situação fática à hipótese legal de contratação direta e pelas demais providências orçamentárias.

Análise Jurídica

4. No presente caso a Setor Administrativo do CRCES, requisitante, pretende a formalização de contrato administrativo em razão de contratação direta com fundamento no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93.

5. Desse modo, em apreço ao princípio da segregação de funções¹, presumindo-se a regularidade dos atos do procedimento, veracidade das informações e justificativas postas nos autos, em especial quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante, pelo enquadramento da situação fática à hipótese legal de contratação direta e pelas demais providências orçamentárias, passa-se a análise da minuta, em estrito cumprimento art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
6. De acordo com a Instrução Normativa n.º 5, de 26 de Maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional – a qual o CRCES observa em conformidade a orientações expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como ao Controle Interno deste Regional, o procedimento de contratação deve observar: Planejamento de Contratação, Seleção do Fornecedor e a Gestão do Contrato².
7. O planejamento da contratação, por sua vez, se consubstancia nas seguintes etapas: Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência ou Projeto Básico³. Entretanto, conforme §2º, alínea “a”, do art. 20, as contratações realizadas com fundamento nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, ficam dispensadas da realização das etapas de Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos.
8. Assim, considerando que a contratação pretendida nos presentes autos, por estar fundamentada no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, encontra-se dispensada de Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos. Passa-se, então, a análise do Termo de Referência.
9. Deve compor o Termo de Referência, de acordo com o art. 30, da IN n.º 05/2017: I - declaração do objeto; II - fundamentação da contratação; III - descrição da solução como um todo; IV - requisitos da contratação; V - modelo de execução do objeto; VI - modelo de gestão do contrato; VII - critérios de medição e pagamento;

¹ Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRC (2007, p. 109): “princípio básico do sistema de controle interno que consiste na separação de funções, nomeadamente de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.”

² IN n.º 05/2017, art. 19.

³ Idem, art. 20.

VIII - forma de seleção do fornecedor; IX - critérios de seleção do fornecedor; X - estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014; e XI - adequação orçamentária.

10. Da análise do Termo de Referência n.º 07/2021, verifica-se a conformidade com o que é exigido pelo art. 30, da IN n.º 05/2017, não sendo necessário realizar ajustes, segundo nossa opinião.

11. Conforme estabelece o art. 55 da Lei n.º 8.666/93, são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12. Da análise da minuta verifica-se que se trata de instrumento reiteradamente utilizado neste Regional para contratação de fornecimento de produtos, nos quais há a delimitação do objeto, preço, condições de pagamento, vedação de subcontratação, sanções administrativas, prazo de vigência e forma de reajuste durante a vigência e hipóteses de rescisão, observando, assim, os elementos necessários descritos no art. 55 da Lei n.º 8.666/93, cabendo, segundo nossa opinião, os seguintes ajustes:

- Em observância ao inciso XI do referido diploma legal supramencionado, entendemos que no preâmbulo da minuta do contrato deve haver redação

que o vincule ao Termo de Referência nº 07/2021, portanto, sugerimos a seguinte redação:

O presente contrato tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, mediante Dispensa de Licitação, na forma do artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, e demais legislações pertinentes e, ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência nº 07/2021”.

13. Quanto aos demais elementos obrigatórios, em linhas gerais, a minuta reúne os requisitos necessários no sentido de resguardar os interesses da Administração, notadamente os estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

14. Registro, por fim, que deve a Administração se certificar de que o CRCES não realizou, nem pretende realizar, neste exercício financeiro, contratações do mesmo objeto ou de objeto de natureza similar que, somados, ultrapassem o limite máximo legal, sob pena de configuração de fracionamento ou parcelamento.


Conclusão

15. Diante de tais apontamentos de direito opino pela regularidade jurídica do instrumento contratual, nos termos da IN n.º 05/2017 e dos arts. 54 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, observados os apontamentos realizados.

16. Uma vez que não consta nos presentes autos a comprovação de disponibilidade orçamentária para fazer frente à despesa, cumpre à Administração comprovar que dispõe de recursos antes de prosseguir com a contratação, na forma do art. 60 da Lei nº 4.320/1964.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Vitória/ES, 11 de março de 2021.


Leonardo Gonoring Gonçalves Simon
Coordenador Jurídico CRCES
OAB/ES 18.844

Recibí em: 11/03/21



De: CRCES - Kenia Cristina da Sil
Enviado em: terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 13:19
Para: CRCES - Ana Carolina da Silva Grilo Santos
Assunto: RES: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Controle:	Destinatário	Entrega	Ler
	CRCES - Ana Carolina da Silva Grilo Santos	Entregue: 23/02/2021 13:19	Lida: 23/02/2021 16:12

Prezada Ana Carolina,

Conforme informação recebida abaixo, informamos que realizamos no Protocolo ADM 2021/000052, a solicitação de dotação Orçamentária para Fornecimento de Água Mineral.

Aguardamos retorno para o envio do processo para parecer jurídico.

Atenciosamente,



Kenia Cristina da Silva de Marchi

Assistente Administrativo

Departamento Administrativo

www.crc-es.org.br/kenia.silva@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1615

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

Segue e-mail abaixo,

De: CRCES - Paulo Henrique Amaral

Enviada em: terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 11:59

Para: CRCES - Wekson J. B. Mariano; CRCES - Kenia Cristina da Sil; CRCES - Soleane Oliveira

Assunto: RES: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Wekson, em virtude das férias da Soleane, a Ana Carolina irá realizar a demanda.



Paulo Henrique A. Rody

Assistente Técnico Contador

Gerente de Controle Interno

paulo.rody@crc-es.org.br / www.crc-es.org.br

Tel: 55 (27) 99239-0896

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: CRCES - Wekson J. B. Mariano

Enviada em: terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 11:53

Para: CRCES - Paulo Henrique Amaral; CRCES - Kenia Cristina da Sil; CRCES - Soleane Oliveira

Assunto: RES: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Bom dia Paulo.

Mesmo com a Soleane em período de gozo de férias?

Att,

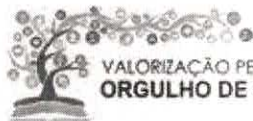


Wekson José Barbieri Mariano

Operador de Sistemas

Chefe do Setor Administrativo do CRCES

www.crc-es.org.br / wekson.mariano@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1635



VALORIZAÇÃO PELO CONHECIMENTO
ORGULHO DE SER CONTADOR

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620
Economize papel! Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: CRCES - Paulo Henrique Amaral <paulo.rody@crc-es.org.br>

Enviada em: terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 11:52

Para: CRCES - Kenia Cristina da Sil <kenia.silva@crc-es.org.br>; CRCES - Soleane Oliveira <soleane.oliveira@crc-es.org.br>

Cc: CRCES - Wekson J. B. Mariano <wekson.mariano@crc-es.org.br>

Assunto: RES: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Bom dia Kênia.

Estou encaminhado seu e-mail para a Soleane. Aproveito para informar que as demandas da contabilidade devem continuar sendo encaminhadas para a Soleane.



Paulo Henrique A. Rody

Assistente Técnico Contador

Gerente de Controle Interno

paulo.rody@crc-es.org.br / www.crc-es.org.br

Tel: 55 (27) 99239-0896

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: CRCES - Kenia Cristina da Sil

Enviada em: terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 11:00

Para: CRCES - Paulo Henrique Amaral

Cc: CRCES - Wekson J. B. Mariano

Assunto: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prezado Paulo,

Informamos que realizamos no Protocolo ADM 2021/000052, a solicitação de dotação Orçamentária para Fornecimento de Água Mineral.

Aguardamos retorno para o envio do processo para parecer jurídico.

Atenciosamente,



Kenia Cristina da Silva de Marchi

Observação

Solicito dotação orçamentária no valor de R\$ 2.664,00, para contratação de empresa para fornecimento de água mineral, conforme descrito abaixo:

Quantidade mensal:
15 galões x 9,00 = 135,00
copo 200 ml 03 caixas x 29,00 = 87,00

Total mensal = R\$ 222,00

Total Anual = R\$ 2.664,00

Dados de Entrada

Tipo de Processo ADM ADMINISTRATIVO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA F

DESPA COM SERVIÇOS

Digitalização

Código Descrição

6 DOCUMENTO

Andamento

Remetente	Dt. Envio	Dt. Final	Localização	Desc. Localização	Destinatário	Situação	Desc. Situação	Observação	Dt. Recebto.	Responsável Receb.
KENIA	23/02/2021		17	CONTABILIDADE	9	ATENDER		Solicito dotação orçamentária n	26/02/2021	ASANTOS
ASANTOS	26/02/2021	26/02/2021	178	SETOR ADMINISTR	23	ATENDIDO		Reserva nº 102	12/03/2021	KENIA
KENIA	12/03/2021		17	CONTABILIDADE	9	ATENDER		Solicito empenho, conforme des	15/03/2021	SOLEANE

Dados Cadastrais Andamento

36
PROC. 52 / 21

Número da Reserva	Ano do Exercício	Data da Reserva	Processo
102	2021	26/02/2021	2021/000052

Conta de Despesa	Descrição da Conta	Projeto	SubProjeto
6.3.1.3.01.01.015	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	5013-AQUISIÇÃO DE BENS DE	-

Histórico da Reserva	Valor Total da Reserva
AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL 20lt E COPOS DE 200ml PARA USO EM REUNIÕES REGIMENTAIS E INSTITUCIONAIS NA SEDE DO CRCS.	R\$ 2.664,00

Valor por Extenso
Dois Mil, Seiscentos e Sessenta e Quatro Reais

Dotação Atualizada	Reservas Acumuladas	Valor desta Reserva	Saldo Atual
R\$ 8.000,00	R\$ 7.773,00	R\$ 2.664,00	-R\$ 2.437,00

Total Executado	Total a Executar	Finalizado
R\$ 0,00	R\$ 2.664,00	NAO

VITÓRIA, 26 de Fevereiro de 2021

Soleane Souza de Oliveira Viana

Contadora

Assinado por SOLEANE

Assinado por SOLEANE
SOUZA DE OLIVEIRA

VIANA (0 [REDACTED] 10)

Data: 16/03/2021

13:08:28 +00:00

Assinado por CARLA

Assinado por SARA
CRISTINA TASSO

(b) (6), (b) (7)(C)

Data: 16/03/2021

20:02:48 +00:00

20.02.40 100.00

Assinado por SOLEANE SOUZA DE OLIVEIRA e CARLA CRISTINA TASSO.

Para verificar a validade das assinaturas acesse a [https://verificacao.assinaturas.br/](#) e informe o código de Verificação em

Para verificar a validade das assinaturas acesse a [validador de verificação em](#)
Data: 16/03/2021 Data: 16/03/2021
201-33-19-200-asp/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código CEKV-HQ62-TCEK-VGN3





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CEKV-HQ62-TCEK-VGN3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

[Redacted signature]

[Redacted signature]

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=CEKV-HQ62-TCEK-VGN3

Usuário
KENIA

Observação

Solicito empenho, conforme descrito abaixo:

Quantidade mensal:

15 galões x 9,00 = 135,00

copo 200 ml 03 caixas x 29,00 = 87,00

Total mensal = R\$ 222,00

Total Anual = R\$ 2.664,00

Código Descrição

6 DOCUMENTO

2484.pdf

Andamento

OK Cancelar

Remetente	Dt. Envio	Dt. Final	Localização	Desc. Localização	Destinatário	Situação	Desc. Situação	Observação	Dt. Recebto.	Responsável Receb.
KENIA	23/02/2021		17	CONTABILIDADE		9	ATENDER	Solicito dotação orçamentaria n	26/02/2021	ASANTOS
ASANTOS	26/02/2021	26/02/2021	178	SETOR ADMINISTR		23	ATENDIDO	Reserva nº 102.	12/03/2021	KENIA
KENIA	12/03/2021		17	CONTABILIDADE		9	ATENDER	Solicito empenho, conforme des	15/03/2021	SOLEANE

Dados Cadastrais Andamento

FLS.: 38
PROC.: 52 / 2274

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CONTRATO Nº 008/2021- PROCESSO ADM Nº 2021/000052.
Origem: Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93.**CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES E A EMPRESA CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME, CONFORME AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:**

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO – CRCES, Autarquia Federal de Regime Especial, inscrito no CNPJ – sob o n.º 28.163.343/0001-96, com sede à Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050- 620, doravante denominado CRCES, neste ato representado pela sua Presidente, a Contadora CARLA CRISTINA TASSO, portadora do registro E-010559/O, de acordo com a Ata nº 1609 da Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito.

CONTRATADA: CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 03.002.493/0001-97, estabelecida na Rua Castelo Branco, nº 35, Bairro de Fátima, Serra/ES, Cep: 29160-810, representada pela proprietária, Senhora CATARINA MARCOLONGO PEREIRA, portadora do CPF (MF) n.º E-010559/O, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

O presente contrato tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado descrito abaixo, **mediante Dispensa de Licitação, na forma do artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, e demais legislações pertinentes e, ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA:

1.1 O presente contrato tem por objeto o fornecimento de água mineral em garrações de 20 (vinte) litros e copos de 200 (duzentos) ml, conforme descrição detalhada na CLAUSULA SEGUNDA.

1.2 Justifica-se a supracitada contratação visando que os colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área contábil que acessam diariamente a sede do Regional tenham condições salubres e água potável para consumo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 A remuneração do serviço contratado será o apresentado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
Garrações de água mineral de 20 litros	180 galões	R\$ 9,00	R\$ 1.620,00
Água Mineral sem gás em caixa com 48 copos de 200ml	36 Caixas	R\$ 29,00	R\$ 1.044,00
ESTIMATIVA TOTAL ANUAL:			R\$ 2.664,00

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

2.2 A quantidade estimada para fornecimento poderá variar para mais ou para menos, de acordo com a necessidade do Contratante.

2.3 – O valor total deste contrato é **R\$ 2.664,00** (dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), enquadrando-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/1993.

2.4 As despesas decorrentes da contratação, correrão às contas dos recursos: **6.3.1.3.01.01.015 – Gêneros de Alimentação**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Os pagamentos pelos serviços contratados serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via, devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES.

3.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ter o mesmo CNPJ do Contrato, pois, caso haja divergência, impossibilitará sua apropriação e pagamento.

3.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

3.4 As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

3.5 A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

3.6 Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a CONTRATADA de apresentar a comprovação mensal de recolhimentos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticada, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº 8212 de 24/07/91.

3.7 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de **requerer a exclusão do CRCES das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.**

3.8 Na hipótese do CRCES vir a ser condenado, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas na subcláusula 3.7 e, se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pelo CRCES, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, o CRCES utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual desde já esta expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas nesta subcláusula.

3.9 Atendido ao disposto nos itens anteriores, o CRCES considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

3.10 O pagamento será efetuado observando, ainda, as seguintes condições:

- a) O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação da regularidade fiscal/previdenciária/trabalhista (Lei 12440/2011) e do FGTS da CONTRATADA;
- b) De acordo com o artigo 64 da Lei nº 9430 de 27/12/96, os pagamentos efetuados por Órgãos, Autarquias e Fundações da Administração Pública Federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, **do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP;**
- c) A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012) e, por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente;
- d) Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do seu recebimento regular (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012);
- e) A CONTRATADA, deverá apresentar juntamente com a Nota/Fatura a Declaração a que se refere o inciso XI, do art. 4º da IN SRF nº 1234, redação dada pela IN RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os objetos devidamente embalados, sem amassados ou qualquer tipo de avaria, respeitando e responsabilizando-se integralmente pelos produtos ora contratados, com estrita obediência às exigências descritas no Termo de Referência.

4.2 Qualquer material/Objeto que estiver defeituoso/vencido deverá ser trocado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação do problema à CONTRATADA.

4.3 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a nota fiscal, com a descrição detalhada do produto, quantitativo e demais itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, quando for o caso.

4.4 Credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às solicitações e/ou reclamações que porventura surgirem durante a vigência do contrato.

4.5 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

4.6 Disponibilizar para a contratada um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefones, e-mail, fax ou outra forma de comunicação para solicitação de serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 Durante a vigência desta carta contrato, o fornecimento dos materiais serão acompanhados e fiscalizados por servidor especialmente designado, o qual assumirá a função de Fiscal do Contrato.

5.2 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos objetos contratados, determinando o que for necessário à regularização, procedendo à juntada de documentos relevantes para a comprovação dos fatos.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

5.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

5.4 Emitir pedido do produto, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante designado pelo setor competente.

5.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

5.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.7 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8 Controlar todos os Pedidos de Serviço, para posterior conferência com a Nota Fiscal emitida pela contratada.

5.9 A fiscalização realizada pela CONTRATANTE, através de servidor previamente designado, não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA SOLICITAÇÃO, DA FORMA, DO PRAZO E DO LOCAL DA ENTREGA:

6.1 A entrega dos produtos será realizada na sede do Conselho Regional de Contabilidade (CRCES), na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº. 30, Bento Ferreira – Vitória/ES, durante o horário de expediente do órgão (08hrs às 17hrs);

6.2 A entrega dos garrafões de água de 20 litros deverá ser realizada semanalmente, sempre às terças-feiras, para reposição dos garrafões vazios conforme a necessidade do CRCES.

6.3 A entrega das caixas de água mineral de 200 ml (natural), deverá ocorrer até 03 (três) dias úteis após a solicitação realizada pelo CRCES.

6.4 O prazo de validade dos produtos deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, considerando a data de entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

7.1 A presente carta contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 12/03/2021 e término em 11/03/2022.

7.2 Os preços aqui registrados permanecerão fixos e irredutíveis durante toda a vigência do contrato.

7.3 Na ocorrência de redução dos preços praticados no mercado, o contratado será convocado para negociar, podendo, dessa forma, reduzir o preço estabelecido, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1 A fiscalização dos serviços caberá a empregado formalmente designado, na forma do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

8.2 Das decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à Divisão de Administração, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

8.3 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1 Em caso de inexecução total ou parcial desta carta contrato, a CONTRATADA estará sujeita, garantida prévia defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos se houverem.
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com o CRCES, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.2 As penalidades previstas nos itens "a" e "c" poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.3 Pelo atraso injustificado durante a execução do contrato será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, contado a partir do segundo dia de atraso sem prévia comunicação por escrito de motivo justificado e aceito pelo CRCES e será calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos, se houverem. A referida multa será aplicada até que haja a regularidade na execução do contrato.

9.4 Ocorrida à inadimplência da multa aplicada pelo CRCES serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor.
- b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher ao Setor Financeiro do CRCES, o valor total da multa, no prazo de dez (10) dias, contados a partir da data do recebimento da comunicação pela CONTRATADA.

9.5 A CONTRATADA cientificada da aplicação da multa terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir do pagamento da multa, para apresentar recurso ao CRCES. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica que procederá ao seu exame. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Administração do CRCES, que poderá rejeitar ou não a multa.

9.6 Em caso de relevação da multa, o CRCES se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações contratuais, não constituindo a relevação, novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

9.7 Caso a Administração mantenha a multa não caberá novo recurso administrativo.

5

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO:

10.1 Considerando a dispensa de publicação no Diário Oficial da União, do extrato das contratações **inferiores a R\$ 17.600,00**, bem como, face ao princípio da economicidade, a publicidade deste instrumento será dada através do Portal da Transparência do CRCES, no link <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES:

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

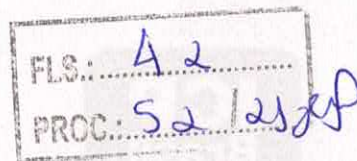
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1- Constituem motivos para rescisão deste contrato, durante sua vigência:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de execução ou conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- c) o atraso injustificado no início dos serviços;
- d) a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- e) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não prevista neste Contrato;
- f) o desatendimento às determinações regulares do funcionário ou preposto do CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) o cometimento reiterado de falhas na sua execução, observadas as anotações, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinado pelo CONTRATANTE o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- h) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i) a dissolução da sociedade, ou o falecimento do sócio-gerente subscritor do presente contrato mediante cláusula expressa no contrato social;
- j) a alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;
- k) razões de interesse público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo referente a este Contrato;
- l) a supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificação no valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- m) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão do presente Contrato, durante sua vigência, poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nas alíneas "a" e seguintes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação.



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, 12 de março de 2021.

CATARINA MARCOLONGO PEREIRA
Proprietária

CARLA CRISTINA TASSO
Presidente do CRCES

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome
CPF nº.

2) _____
Nome
CPF nº.

7



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: YN2T-CEKV-GP5Z-R987

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

- ✗ CATARINA MARCOLONGO PEREIRA (CPF [REDACTED]), empresa CATARINA MARCOLONGO PEREIRA (CNPJ 03.002.493/0001-97) em 12/03/2021 14:14
- ✓ CARLA CRISTINA TASSO (CPF [REDACTED]) em 12/03/2021 14:45

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=YN2T-CEKV-GP5Z-R987

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ES
Sistema de Controle Orçamentário
NOTA DE EMPENHO

FLS.: 43
PROC.: 52 / 2021

Data : 15.03.2021
Hora : 09:49

Nº Empenho	Data do Empenho	Tipo do Empenho	Processo	Nº. Reserva	Exercício
101	15.03.2021	ESTIMATIVA	2021/000052	102	2021
Conta de Despesa	Descrição da Conta	Projeto		SubProjeto	
6.3.1.3.01.01.015	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	5013 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO		-	
Número do Evento	Descrição do Evento				
1111	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO				

Dados da Modalidade (Fundamentação Legal)

Modalidade	Complemento	Número	Núm. Controle
Dispensa de Licitação	Lei 8666/93, art. 24	2021/000052	0

Favorecido

Nome : CATARINA MARCOLANGO PEREIRA CNPJ / CPF : 03.002.493/0001-97
Endereço : RUA CASTELO BRANCO, 35 Bairro : BAIRRO DE FÁTIMA
CEP : 29160-810 Cidade : SERRA UF : ES
Banco : Agência : Conta :

Histórico do Empenho	Qtde Parcelas	Valor Unitário	Valor Total Empenhado
AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL 200ml E COPOS DE 200ml PARA USO EM REUNIÕES REGIMENTAIS E INSTITUCIONAIS NA SEDE DO CRCES.	99999	2.664,00	2.664,00

Valor por Extenso

Dois Mil, Seiscentos e Sessenta e Quatro Reais

Dotação Orçamentária	Empenhos Acumulados	Valor deste Empenho	Saldo Atual
10.664,00	7.773,00	2.664,00	227,00
Parcelas Executadas	Total Executado	Total a Executar	Finalizado
---	0,00	2.664,00	NAO

VITÓRIA, 15 de Março de 2021

Assinado por SOLEANE

Assinado por CARLA

Soleane Souza de Oliveira Viana

Este documento foi assinado digitalmente por SOLEANE SOUZA DE OLIVEIRA VIANA e CARLA CRISTINA TASSO.

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link central de Verificação em

201.73.13.204/spm/assinaturadigital/ValidarEmpenhoCnpj.aspx e informe o código R862-SAAA-ABDG-P4WJ

Data: 15/03/2021
13:30:13 +00:00

Data: 15/03/2021
13:38:32 +00:00

Contadora
ES-015000/O





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: R862-SAAA-ABDG-P4WJ

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

[Redacted signature information]

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=R862-SAAA-ABDG-P4WJ



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

FLS.: 92
PROC.: 52



Código para verificação: R862-SAAA-ABDG-P4WJ

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

✓ [Redacted signature]

✓ [Redacted signature]

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=R862-SAAA-ABDG-P4WJ

CRCES - Kenia Cristina da Sil



De: CRCES - Kenia Cristina da Sil
Enviado em: terça-feira, 16 de março de 2021 09:10
Para: CRCES - Amylene Delunardo; CRCES - Leandra Machado; CRCES - Douglas Ferrari - Atendimento 03
Assunto: CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO - 008/2021
Anexos: Contrato 2021 ATIVO.pdf

Controle:	Destinatário	Entrega
	CRCES - Amylene Delunardo	Entregue: 16/03/2021 09:14
	CRCES - Leandra Machado	Entregue: 16/03/2021 09:14
	CRCES - Douglas Ferrari - Atendimento 03	Entregue: 16/03/2021 09:14

Prezadas,

Segue o Contrato de prestação de serviço nº 08/2021, assinado junto a empresa CATARINA MARCOLONGO FERREIRA ME, fornecimento de Água Mineral, para publicação.

@douglas – Favor iniciar a Gestão do Contrato, a pasta física já existe e já inclui Tb na pasta em Gestão de Contratos, somente incluir na planilha de Contratos Ativos, incluir no Sistema SPW, criar portaria de Fiscal etc...

Estamos a disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,



Kenia Cristina da Silva de Marchi

Assistente Administrativo

Departamento Administrativo

www.crc-es.org.br/kenia.silva@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1615

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 3ª REGIÃO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2020

PROCESSO: 2020/000129.

OBJETO: cadastramento e seleção de defensores dativos que irão compor o quadro de defensores do CRBio-03. DATA DE ABERTURA: 25.03.2021. LOCAL: Rua Coronel Corte Real, 662. O Edital e demais elementos desta licitação poderão ser retirados pelos interessados através do site www.crbio03.gov.br, seção Licitações. Outras informações poderão ser obtidas através do e-mail adm@crbio03.gov.br

Porto Alegre, 16 de março de 2021
CLARICE LUZ
Presidente

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo do Processo 2021/000037, do contratado Scotti Contabilidade e Auditoria EIRELI - ME, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 16 de março de 2021, Edição 50, Seção 3, Página 107: Onde se lê: "Extrato de Termo aditivo" Leia-se "Extrato de Contrato"

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 08/2021 - Proc. ADM 2021/000052 - Dispensa de Licitação. Contratante: CRCES. Contratada: CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME CNPJ: 03.002.493/0001-97. Objeto: fornecimento de água mineral em garrações de 20 litros e copos de 200 ml. Vigência: 12/03/2021 a 11/03/2022. Valor: R\$ 2.664,00 - Conta contábil: 6.3.1.3.01.01.015 - Gêneros de Alimentação.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 08/2020. Contratante: CRCES; Contratada: Autoclip Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia da Informação LTDA, CNPJ nº 10.777.333/0001-85. Objeto: prorrogar o contrato por mais doze meses, com início em 13/03/2021 à 12/03/2022.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Desenprof/CRCAM nº 001/2021. Contrato: nº 007/2021. Contratante: CRCAM. Contratado: ANGELO MARCIO LEANDRO DA COSTA 7354893634. Objeto: Contratação de instrutor, como Pessoa Jurídica, que poderá ministrar cursos, presencial ou online, para o CRCAM, nos assuntos para os quais foi habilitado. Valor: R\$190,00 (cento e noventa) a hora-aula. Vigência: 01/03/2021 até 31/12/2021. Modalidade: dispensa (credenciamento). Signatários: Josely Gusmão da Silva e Angelo Márcio Leandro da Costa. Data da assinatura: 01/03/2021.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2020

O presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, homologa o resultado do chamamento público nº 001/2020, tendo sido habilitados os instrutores: André Matos Viterbo Nery, Jayne Mesquita da Silva, Jocinéia Pereira de Jesus e Mario Cezar Lopes Ferreira Filho.

Salvador, 16 de março de 2021
ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2020. Processo 05/2020. Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade do Pará - CRCPA - Santarém. Contratada: MARCOS AZEVEDO DA CONCEIÇÃO CPF nº 693.909.592-68. Valor global: R\$ 30.000,00. Vigência: de 11/03/2021 até 10/03/2022.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, identifica a "Empresa HF Assessoria Tributária Ltda", cuja localização é incerta e desconhecida, da abertura, em seu desfavor, de Notificação nº 2020/000536.

Fica, ainda, a parte identificada que dispõe do prazo de 15 (quinze) dias úteis para se quer, apresentar defesa, sob pena de revelia, ou ainda comprovar a regularização da infração, devendo ser protocolado junto ao CRC/SC, na forma da legislação vigente, ressaltando que a falta de manifestação tempestiva, importará no julgamento do processo na forma em que se encontra.

Florianópolis, 15 de março de 2021.
RUBIA ALBERS MAGALHÃES
Presidente do CRCSC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, identifica a Dilia Rosa Lopes, CRCSC nº 020909/O, cuja localização é incerta e desconhecida, da abertura, em seu desfavor, de Notificação nº 2020/001106.

Fica, ainda, a parte identificada que dispõe do prazo de 15 (quinze) dias úteis para se quer, apresentar defesa, sob pena de revelia, ou ainda comprovar a regularização da infração, devendo ser protocolado junto ao CRC/SC, na forma da legislação vigente, ressaltando que a falta de manifestação tempestiva, importará no julgamento do processo na forma em que se encontra.

Florianópolis, 15 de março de 2021.
RUBIA ALBERS MAGALHÃES
Presidente do CRCSC

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 14ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2021 - UASG 926836

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021

TIPO: Modalidade de PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, no modo de disputa aberto. OBJETO: Registro de preços destinado à Aquisição de peças para manutenção de computadores do CRECI/MS.

LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais disposições contidas no Edital. Horário: 10h (horário de Brasília/DF) Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Em 16 de março de 2021.
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR
Pregoeiro

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Serviços. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: Adriano Augusto de Almeida 29948652894. Objeto: Móveis e Decorações. Data da Assinatura: 17/02/2021. Vigência: indeterminado. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boiajian e Adriano Augusto de Almeida. Testemunhas: Priscila Rodrigues Takeishi e Júlio Cesar Rios Fernandes.

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Serviços. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: AMG Insurance Corretora de Seguros Eireli. Objeto: Corretagem de Seguros. Data da Assinatura: 29/01/2021. Vigência: indeterminado. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boiajian e João Gilberto Leite. Testemunhas: Priscila Rodrigues Takeishi e Júlio Cesar Rios Fernandes.

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Saúde. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: Cedip Centro de Diagnóstico Popular Ltda. Objeto: Diagnósticos por imagem. Data da Assinatura: 18/02/2021. Vigência: indeterminado. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boiajian e Jailson dos Santos Silva. Testemunhas: Priscila Rodrigues Takeishi e Júlio Cesar Rios Fernandes.

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Serviços. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: Clean Assessoria e Consultoria Contábil Ltda. Objeto: Assessoria Contábil. Data da Assinatura: 11/02/2021. Vigência: indeterminado. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boiajian e Rafael Almeida Martins. Testemunhas: Priscila Rodrigues Takeishi e Júlio Cesar Rios Fernandes.

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Serviços. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: Contas Contadores Associados em Serviços Contábeis Ltda Me. Objeto: Serviços técnicos contábeis para pessoas físicas e jurídicas. Data da Assinatura: 17/02/2021. Vigência: indeterminado. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boiajian e Osmando Rafael Junior. Testemunhas: Priscila Rodrigues Takeishi e Júlio Cesar Rios Fernandes.

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Serviços. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: King Comfort Móveis e Colchões. Objeto: Varejista de Móveis. Data da Assinatura: 28/12/2020. Vigência: indeterminado. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boiajian e José Neudson da Silva. Testemunhas: Priscila Rodrigues Takeishi e Júlio Cesar Rios Fernandes.

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Saúde. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: Maves Odontologia Ltda. Objeto: Odontologia. Data da Assinatura: 11/02/2021. Vigência: indeterminado. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boiajian e Manuel Figueira Chaves. Testemunhas: Priscila Rodrigues Takeishi e Júlio Cesar Rios Fernandes.

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços do Processo Secom nº. 147/2019 - Pregão Eletrônico nº 058/2019. Contratante: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Contratada: Telefônica Brasil S/A. Objeto: Acesso à internet banda larga com IP fixo dedicado para o Departamento de Dívida Ativa. Data da Assinatura: 16/02/2021. Do Prazo do Contrato: de 20/03/2021 até 20/03/2022. Do Valor do Contrato: Considerando a variação de 7,5287% do IST, o valor anual é de R\$ 10.752,83 (dez mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 896,07 (oitocentos e noventa e seis reais e sete centavos). Da Dotação Orçamentária: Elemento de despesa 6.3.1.2.06.01.019 - Serviços de Internet Corporativa e Telefonia Móvel, do orçamento de 2021. Ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do contrato, não conflitantes com este termo aditivo. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Francisco Pereira Afonso Wellington Xavier da Costa e Carlota Braga de Assis Lima. Testemunhas: Kézia P. S. Góis e Marcelo Sodré Silveira.

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços do Processo Secom nº. 147/2019 - Pregão Eletrônico nº 058/2019. Contratante: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Contratada: Telefônica Brasil S/A. Objeto: Acesso à internet banda larga com IP fixo dedicado para a Delegacia Regional de Santo André. Data da Assinatura: 16/02/2021. Do Prazo do Contrato: de 13/03/2021 até 13/03/2022. Do Valor do Contrato: Considerando a variação de 7,5287% do IST, o valor anual é de R\$ 3.676,97 (três mil seiscentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos), em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 306,41 (trezentos e seis reais e quarenta e um centavos). Da Dotação Orçamentária: Elemento de despesa 6.3.1.2.06.01.019 - Serviços de Internet Corporativa e Telefonia Móvel, do orçamento de 2021. Ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do contrato, não conflitantes com este termo aditivo. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Francisco Pereira Afonso Wellington Xavier da Costa e Carlota Braga de Assis Lima. Testemunhas: Kézia P. S. Góis e Marcelo Sodré Silveira.

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços do Processo Secom nº. 147/2019 - Pregão Eletrônico nº 058/2019. Contratante: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Contratada: Telefônica Brasil S/A. Objeto: Acesso à internet banda larga com IP fixo dedicado para a unidade operacional - Depósito. Data da Assinatura: 04/02/2021. Do Prazo do Contrato: de 13/02/2021 até 13/02/2022. Do Valor do Contrato: Considerando a variação de 7,5287% do IST, o valor anual é de R\$ 2.762,63 (dois mil setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos), em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 230,22 (duzentos e trinta reais e vinte e dois centavos). Da Dotação Orçamentária: Elemento de despesa 6.3.1.2.06.01.019 - Serviços de Internet Corporativa e Telefonia Móvel, do orçamento de 2021. Ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do contrato, não conflitantes com este termo aditivo. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Francisco Pereira Afonso Wellington Xavier da Costa e Carlota Braga de Assis Lima. Testemunhas: Kézia P. S. Góis e Marcelo Sodré Silveira.



PORTARIA CRCES Nº 28, DE 15 DE MARÇO DE 2021.

Nomeia gestor e fiscais do Contrato firmado entre o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo e a empresa CATARINA MARCOLONGO PEREIRA – ME.

A Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração, especialmente designado;

Considerando o disposto nos artigos nºs 44 a 50 e respectivos Anexos da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

Considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União acerca da indicação e designação de gestores e fiscais de contratos;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários abaixo relacionados para exercerem as funções de gestor e fiscais e responderem pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte Contrato:

Fiscal Técnico:	Kenia Cristina da Silva de Marchi		Matrícula:	93
Fiscal Técnico Substituto:	Wekson José Barbieri Mariano		Matricula	87
Gestor:	Douglas Ferrari Junior		Matrícula:	84
Contrato nº:	08/2021	Vigência:	12/03/2021 a 11/03/2022	
Contratado:	CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME			
Objeto:	Fornecimento de água mineral em garrações de 20 (vinte) litros e copo de 200 (duzentos) ml.			

Art. 2º Para efeitos desta Portaria conceitua-se:

- I. **Gestão:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Contratos para formalização dos procedimentos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
- II. **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;
- III. **Fiscal Substituto:** é aquele que assume as funções do fiscal técnico na ausência e/ou no impedimento deste.

Art. 3º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por empregados, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão e à fiscalização do Contrato.

Art. 4º Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá ao requisitante dos serviços.

§ 1º O fiscal substituto atuará como fiscal do Contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

§ 2º Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

§ 3º O gestor ou fiscais e seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.

§ 4º Para o exercício da função, os fiscais deverão receber cópias e/ou ter acesso aos documentos essenciais da contratação pelo Setor de Contratos, tais como estudos preliminares, ato convocatório e seus anexos, contrato, proposta da contratada, garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização.

Art. 5º O gestor e os fiscais do Contrato serão responsáveis para representar o Conselho Regional de Contabilidade perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado.

Art. 6º O gestor e os fiscais do Contrato deverão zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de gestão, acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação da execução, controle e aceite, devendo ainda, no que couber:

- I. conhecer o inteiro teor do Contrato a ser fiscalizado e seus eventuais aditivos, inclusive as especificações contratadas e demais características do objeto, sanando quaisquer dúvidas com as demais áreas responsáveis pela Administração, objetivando seu fiel cumprimento;
- II. conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão e fiscalização;
- III. conhecer a descrição dos serviços a serem executados e acompanhar a sua execução, verificando a metodologia empregada, a utilização dos materiais, equipamentos e contingente em qualidades compatíveis e suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos, atuando tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados;
- IV. verificar o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no Contrato, visitando o local onde o serviço estiver sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
- V. acompanhar o cumprimento do cronograma físico-financeiro, comunicando à autoridade superior eventuais atrasos nos prazos de entrega do objeto;

VI. recusar os serviços prestados e respectivos materiais empregados em desacordo com o pactuado, solicitando, quando for o caso, que sejam refeitos por inadequação ou vícios que apresentem, notificando a contratada, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

VII. buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução dos serviços e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: greve de pessoal, não pagamento de obrigações, dentre outros;

VIII. estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do Contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço, determinando o que for necessário à regularização das faltas e defeitos observados (desfazimento, ajuste e correção);

IX. zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortês, observando rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;

X. comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões passíveis de aplicação de penalidades e/ou rescisão contratual, ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

XI. elaborar registro próprio e individualizado, de forma organizada e em ordem cronológica, onde conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, bem como todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

XII. manter planilha atualizada do valor do Contrato, com seus aditivos, se houver, e os valores já pagos, em especial quanto aos contratos executados por demanda;

XIII. formalizar, sempre, os entendimentos com a contratada ou seu preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

XIV. realizar a medição dos serviços efetivamente realizados, de acordo com a descrição dos serviços, definida na especificação técnica do Contrato e emitir atestados de avaliação dos serviços prestados;

XV. receber, provisória e definitivamente, o objeto do Contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado, de acordo com o art. 73 da Lei nº 8.666/93, recusando, de pronto, objetos que não correspondam ao contratado;

XVI. conferir os dados das notas fiscais/faturas antes de atestá-las, realizando e/ou conferindo a medição dos serviços executados e promovendo as correções devidas, quando for o caso, verificando ainda a manutenção, por parte da contratada, das condições de habilitação e qualificação, mediante análise dos documentos necessários à sua avaliação, registrando em formulário próprio (check list);

XVII. controlar o saldo do empenho em função do valor da nota fiscal/fatura, de modo a possibilitar reforço de novos valores ou anulações parciais;

XVIII. indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrente de glosas que porventura vierem a ocorrer;

XIX. encaminhar as notas fiscais/fatura, devidamente atestadas, em tempo hábil, ao Setor Financeiro para liberação do pagamento;

XX. comunicar à autoridade superior, bem como aos Setores de Licitações e de Contratos, eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento do CRCES;


XXI. avaliar a necessidade de readequação contratual caso sua execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no Contrato, encaminhando à autoridade superior documento apontando as alterações necessárias, acompanhado das justificativas pertinentes para celebração do respectivo Termo Aditivo;

XXII. verificar, quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, a necessidade da Administração em manter o serviço e interesse na sua prorrogação, emitindo nota técnica informando sobre a qualidade da prestação dos serviços e eventuais ocorrências porventura existentes, encaminhando em seguida, aos Setores de Licitações e de Contratos para continuidade dos trâmites;

XXIII. solicitar à autoridade competente, caso identificada a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços, a elaboração de novo projeto básico ou termo de referência, com a antecedência mínima para nova contratação;

XXIV. confirmar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

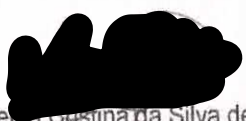

Contadora **Cristina Tasso**
Presidente

TERMO DE CONHECIMENTO

Declaramos ter conhecimento da Portaria CRCES nº 28/2021, por meio da qual fomos nomeados para exercermos as funções de gestor e fiscais, respondendo pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte Contrato:

Fiscal Técnico:	Kenia Cristina da Silva de Marchi			Matrícula:	93
Fiscal Técnico Substituto:	Wekson José Barbieri Mariano			Matrícula	87
Gestor:	Douglas Ferrari Junior			Matrícula:	84
Contrato nº:	08/2021	Vigência:	12/03/2021 a 11/03/2022		
Contratado:	CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME				
Objeto:	Fornecimento de água mineral em garrações de 20 (vinte) litros e copo de 200 (duzentos) ml.				


Vitória/ES, 15 de março de 2021.



Kenia Cristina da Silva de Marchi
Fiscal Técnico





Wekson José Barbieri Mariano
Fiscal Técnico Substituto



Douglas Ferrari Junior
Gestor da Execução do Contrato

FLS.: 50
PROC.: 52 / 25 jpo

 CRCES <small>CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO</small>		ORDEM DE SERVIÇO		Nº: 008/2021 DATA: 15/03/2021
REFERÊNCIAS		REGIME DE EXECUÇÃO		
Processo: nº 52/2021 Contrato: nº 08/2021		EMPREITADA POR ESTIMATIVA		
OBJETO				
Fornecimento de água mineral em garrações de 20 (vinte) litros e copos de 200 (duzentos) ml.				
VALOR (R\$)	PRAZO DE VIGÊNCIA	PERÍODO DE VIGÊNCIA		
		INÍCIO	TÉRMINO	
R\$ 2.664,00	12 meses	12/03/2021	11/03/2022	
FORMA DE PAGAMENTO				
Conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.				
RECURSOS FINANCEIROS				
As despesas decorrentes desta contratação correrão às contas da dotação: Conta: 6.3.1.3.01.01.015 – Gêneros de Alimentação.				
AUTORIZAÇÃO				
Fica a empresa CATARINA MARCOLONGO PEREIRA - ME , inscrita no CNPJ 03.002.493/0001-97, representada pelo Sra. CATARINA MARCOLONGO PEREIRA, <u>AUTORIZADA</u> a executar os serviços caracterizados nesta ORDEM DE SERVIÇO, ficando sujeita, no que couber, às normas e condições estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação pertinente.				
REPRESENTANTE LEGAL DO CRCES		REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA		
 Contadora CARLA CRISTINA TASSO Presidente		CATARINA MARCOLONGO PEREIRA PEREIRA:24865427791 Assinado de forma digital por CATARINA MARCOLONGO PEREIRA Dados: 2021.05.10 10:36:22 -03'00' CATARINA MARCOLONGO PEREIRA Sócia Administradora		